

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO  
BIBLIOTECA MINISTRO VICTOR NUNES LEAL

**"CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL -  
COFINS"**

BIBLIOGRAFIA

Elaboração: Maio de 2004

## Monografias

Alvim, Arruda, 1936-. **Mandado de segurança, direito público e tutela coletiva** / Arruda Alvim. - São Paulo : Revista dos Tribunais, 2002. 558 p. - (Coleção estudos e pareceres ; 2)[0627793]

0000001

Antônio, Paulo Joaquim. **Manual de contabilidade e tributos de construtoras e imobiliárias** / Paulo Joaquim Antônio. - São Paulo : Atlas, 2003. 194 p.[0657236]

0000002

Borges, José Cassiano, 1945-. **Crimes contra a ordem tributária : pareceres** / José Cassiano Borges, Maria Lúcia Américo dos Reis. - Rio de Janeiro : Forense, 1998. 357 p.[0192226]

0000003

Carvalho, Fábio Augusto Junqueira de. **IRPJ : teoria e prática jurídica** / Fábio Junqueira de Carvalho, Maria Inês Murgel. - São Paulo : Dialética, 1999. 671 p[0204120]

0000004

Carvalho, Fábio Augusto Junqueira de. **IRPJ : teoria e prática jurídica** / Fábio Junqueira de Carvalho, Maria Inês Murgel. - 2. ed. - São Paulo : Dialética, 2000. 671 p.[0566434]

0000005

Comentários à MP 66 e sua conversão na Lei 10.637 / coordenadores Marcelo Magalhães Peixoto, João Damasceno Borges de Miranda ; [colaboradores Ana Paula Lupino ... et al.]. - Curitiba : Juruá, 2003. 149 p.[0678329]

0000006

Contribuições Sociais : problemas jurídicos : COFINS, PIS, CSLL e CPMF / Fábio Junqueira de Carvalho ... et al. ; coordenador, Valdir de Oliveira Rocha. - São Paulo : Dialética, 1999. 255 p.[0206615]

0000007

Contribuições sociais. - São Paulo : Atlas, 2001. 147 p. - (Série legis-empresa ; 7)[0604913]

0000008

Favetti, Rafael Thomaz. **Controle de constitucionalidade e política fiscal** / Rafael Thomaz Favetti. - Porto Alegre : S.A. Fabris. 2003. 168 p. : il.[0669892]

0000009

Fischer, Octavio Campos. **A contribuição ao PIS** / Octavio Campos Fischer. - São Paulo : Dialética, 1999. 207 p.[0215893]

0000010

Greco, Marco Aurélio, 1947-. **Substituição tributária : ICMS, IPI, PIS, COFINS** / Marco Aurélio Greco. - São Paulo : Iob, 1998? 188 p.[0191736]

0000011

Greco, Marco Aurélio, 1947-. **Substituição tributária : antecipação do fato gerador** / Marco Aurélio Greco. - 2. ed., rev. e ampl. - São Paulo : Malheiros, 2001. 254 p.[0604337]

0000012

Isidoro, Ursulino dos Santos. **O contribuinte brasileiro vítima do fisco** / Ursulino dos Santos Isidoro. - São Paulo : Icone, 1999. 204 p.[0216198]

0000013

Leite, Luiz Lemos. **Regime jurídico e tributário do fomento mercantil: "factoring"**. IN: *Atualidades jurídicas* 3. São Paulo : Saraiva, 2001, p. 253-287.[0675606]

0000014

Lobão, Edison. **A Verdade sobre a COFINS** / Edison Lobão. - Brasília : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1998. 31 p.[0206751]

0000015

Manual de contabilidade tributária / Luís Martins de Oliveira ... [et al.]. - 2. ed., 2. tiragem. - São Paulo: Atlas, 2003. 434 p.[0676648]

0000016

Melo, José Eduardo Soares de. **Contribuições sociais no sistema tributário** / José Eduardo Soares de Melo. - 3. ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo : Malheiros, 2000. 328 p.[0570281]

0000017

Melo, José Eduardo Soares de. **Contribuições sociais no sistema tributário** / José Eduardo Soares de Melo. – 4. ed., rev. atual. e ampl. – São Paulo : Malheiros, 2003. 346 p.[0660516]

0000018

(Mini) reforma tributária : reflexões sobre a lei n. 10.637/2002 (antiga MP 66) : atualizado até a MP 107/2003 / coordenação, Fábio Junqueira de Carvalho, Maria Inês Murgel. – Belo Horizonte : Mandamentos, 2003. 359 p. – (Coleções mandamentos. Ciências tributárias ; 2).[0660748]

0000019

Miratel, José Antonio. **Incidência das contribuições sociais, COFINS e PIS e a imunidade prevista no art. 153, § 3. da Constituição Federal** / José Antonio Miratel. – IN: *Grandes questões atuais do direito tributário*. v.2, p.205-216,.[0198444]

0000020

Neves, Luis Fernando de Souza. **COFINS : contribuição social sobre o faturamento : l.c. 70-91** / Luis Fernando de Souza Neves ; prefácio de Barros Carvalho. – São Paulo : M. Limonad, 1997. 154 p.[0180509]

0000021

Neves, Silvério das. **Curso prático de imposto de renda, pessoa jurídica e tributos conexos : (CSLL, PIS e COFINS)** / Silvério das Neves, Paulo E.V. Viceconti. – 10. ed., atual. e rev. – São Paulo : Frase, 2003. 734 p.[0662066]

0000022

Pilla Filho, Orlando de. **Prática forense tributária : apontamento : doutrina, legislação, jurisprudência e prática** / Orlando de Pilla Filho. – Campinas : Agá Juris, 1999. 2 v.[0210935]

0000023

Souza, Sérgio Augusto G. Pereira de. **Da Inaplicabilidade da imunidade prevista no art. 155, § 3. da Constituição Federal a contribuição do PIS e a COFINS** / Sérgio Augusto G. Pereira de Souza. – IN: *Grandes questões atuais do direito tributário*. v.2, p.313-335,.[0198449]

0000024

Substituindo o PIS e a COFINS, e por que não a CPMF? : por uma contribuição não-cumulativa / Ricardo Varsano ... [et al.]. – Rio de Janeiro : Ipea, 2001. 53 p. – (Seminários Dimac ; n. 77)[0613152]

0000025

Troianelli, Gabriel Lacerda. **As Contribuições incidentes sobre o faturamento e a não-incidência prevista no art. 155, § 3. da constituição federal** / Gabriel Lacerda Troianelli. - IN: *Grandes questões atuais do direito tributário*. v.2, p.99-116,.[0198417]

0000026

Varsano, Ricardo. **Financiamento do regime geral de previdência social no contexto do processo de reforma tributária em curso** / Ricardo Varsano. - Rio de Janeiro : Ipea, 2003. 15 p. : il., tabs. - (Texto para discussão. Ipea ; n. 959)[0662928]

0000027

Young, Lúcia Helena Briski. **Contribuições sociais : resumo prático : PIS/Pasep, COFINS, CSLL** / Lúcia Helena Briski Young. - Curitiba : Juruá, 2001. 171 p.[0620764]

0000028

Young, Lúcia Helena Briski. **Contribuições sociais : resumo prático : PIS/PASEP, COFINS, CSLL, CIDE** / Lúcia Helena Briski Young. - 2. ed. - Curitiba : Juruá, 2002. 197 p.[0631446]

0000029

Young, Lúcia Helena Briski. **Lucro presumido** / Lúcia Helena Briski Young. - 2. ed., atual. para 2001. - Curitiba: Juruá, 2001. 229 p.[0592836]

0000030

Young, Lúcia Helena Briski. **Lucro Presumido** / Lúcia Helena Briski Young. - 3. ed., atual. para 2002. - Curitiba : Juruá, 2002. 229 p.[0626280]

0000031

Young, Lúcia Helena Briski. **Lucro presumido** / Lúcia Helena Briski Young. - 4. ed., atual. - Curitiba : Juruá, 2003. 203 p.[0663904]

0000032

Young, Lúcia Helena Briski. **Lucro presumido 2000** / Lúcia Helena Briski Young. - Curitiba : Juruá, 2000. 221 p.[0571251]

0000033

## ARTIGOS DE PERIÓDICOS

Alves, Marcos Joaquim Gonçalves. Contribuição ao PIS e COFINS : impossibilidade de tributação no que se refere às receitas auferidas com as vendas (operações) realizadas a empresas estabelecidas na Zona Franca de Manaus. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.86, p.77-90, nov. 2002.[0639437]

0000034

Alvim, Eduardo Arruda. Compensação Finsocial : COFINS e mandado de segurança. *Revista de Processo* , v.19, n.74, p.60-81, abr./jun. 1994.[0496027]

0000035

Alvim, José Eduardo Carreira. Compensação de contribuições sociais : limites em matéria previdenciária. *Revista dos Tribunais, São Paulo* , v.87, n.748, p.11-31, fev. 1998. *Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas* , v.6, n.22, p.126-144, jan./mar. 1998.[0539104]

0000036

Alvim, José Eduardo Carreira. Compensação de contribuições sociais. *Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas* , v.4, n.14, p.122-136, jan./mar. 1996.[0512198]

0000037

Anceles, Pedro Einstein dos Santos. Pressuposto material de incidência do PIS/Pasep e COFINS nas sociedades cooperativas. *Revista Forum de Direito Tributário* , v.1, n.3, p.119-159, maio/jun. 2003.[0663417]

0000038

Andrade Filho, Edmar Oliveira. A isenção da COFINS nas exportações. *Cefir : Revista de Imposto de Renda* , v.40, n.342, p.9-13, jan. 1996.[0504746]

0000039

Antonelli, Leonardo Pietro. O Congresso Nacional e a recente Lei n. 9.718/98, que majorou a alíquota e ampliou a base de cálculos da COFINS. *Revista de Informação Legislativa* , v.36, n.143, p.139-145, jul./set. 1999.[0564307]

0000040

Antonelli, Leonardo Pietro. A inconstitucional majoração de alíquota e ampliação da base de cálculo da COFINS. *ADV Advocacia Dinâmica : seleções jurídicas* , n.3, p.54-57, fev. 2000.[0570520]

0000041

Antonelli, Leonardo Pietro. Reflexões sobre a possibilidade de se compensar o indébito do salário-educação com contribuições para a seguridade social. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.38, p.64-69, nov. 1998.[0547033]

0000042

Araújo, Alexandre Bleggi. Comentários acerca da exclusão das receitas computadas e transferidas a outras pessoas jurídicas, da base de cálculo do PIS/Pasep e da COFINS. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.62, p.19-29, nov. 2000.[0587305]

0000043

Ataliba, Geraldo, 1936-1995. A exigibilidade do ICMS. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo* , n.42, p.107-133, dez. 1994.[0503382]

0000044

Ávila, Humberto Bergmann. COFINS e PIS : inconstitucionalidade da modificação da base de cálculo e violação ao princípio da igualdade. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.14, p.442-435, jul. 1999.[0574610]

0000045

Bianco, João Francisco. COFINS e Finsocial são tributos da mesma espécie. *Repertório Iob Jurisprudencia : Tributário Constitucional e Administrativo*, n. 24, p 490 - 489, 2. quinz dez. 1994.[0494561]

0000046

Bichara, Luiz Gustavo A. S. A inconstitucionalidade da contribuição previdenciária instituída sobre a receita das agroindústrias. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.80, p.69-79, maio 2002.[0625584]

0000047

Boiteux, Fernando Netto. A COFINS e os chamados imóveis próprios. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.52, p.71-79, jan. 2000.[0569016]

0000048

Boiteux, Fernando Netto. Receita e faturamento : PIS e COFINS na Lei nº 9.718/98. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.61, p.58-65, out. 2000.[0579837]

0000049

Borghini, Fátima Aparecida de Souza. Cobrança do PIS e da COFINS sobre todas as etapas do ciclo econômico envolvendo operações com combustíveis e derivados de petróleo. *Boletim dos Procuradores da República*, v.3, n.34, p.3-6, fev. 2001.[0595493]

0000050

Bottalio, Eduardo Domingos, 1938-. Base impositiva do ISS e das contribuições para o PIS e a COFINS. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo*, n.23, p.668-665, dez. 1999. *Revista de Estudos Tributários*, v.2, n.10, p.21-26, nov./dez. 1999.[0562363]

0000051

Braga, Paulo Roberto C. Cooperativas de crédito : COFINS : COFINS : flagrante de um tratamento tributário não isonômico ; breves considerações. *ADV Advocacia Dinâmica : seleções jurídicas*, n.11, p.19-30, nov. 2000.[0583945]

0000052

Brito, Edvaldo, 1937-. COFINS e PIS/Pasep : conceito de faturamento e de receita bruta; CPMF : questionamentos jurídicos. *Revista Dialética de Direito Tributário*, n.43, p.33-64, abr. 1999.[0549923]

0000053

Campos Filho, Ezequiel de Melo. Compensação : Fincosocial x COFINS: vitória notável dos contribuintes do STJ. *Revista Dialética de Direito Tributário*, n.18, p.9-20, mar. 1997.[0517766]

0000054

Campos, Flávio, Contribuição para a seguridade social : retenção de 11% sobre o faturamento (lei 9.711/98), considerações sobre a incipiente jurisprudência. *Revista Dialética de Direito Tributário*, n.59, p.13-28, ago. 2000.[0576784]

0000055

Campos, Helio Silvio Ourem. COFINS : três questões tributárias. *Revista da Esmape*, v.1, n.1, p.74-98, jun. 1996.[0513567]

0000056

Caron, Danilo Themí. Reflexões sobre a exclusão de valores computados como receita da base de cálculo do PIS e da Confins



(Lei nº 9.718/98). *Repertório IOB de Jurisprudência : Tributário e Constitucional* , n.22, p.848-844, 2. quin. nov. 2002.[0639223]

0000057

Carvalho, Marcus Motta Monteiro de. A Lei n. 9.718/98 e as inconstitucionalidades da COFINS por ela instituída. *Repertório IOB Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.1, p.27-19, jan. 2000. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais* , v.37, n.4, p.29-63, out./dez. 2000.[0576367]

0000058

Cassone, Vittório, 1939-. Aspectos controvertidos na compensação de tributos e contribuições federais. *LTR Suplemento Tributário* , v.32, n.7, p.43-46 1996.[0502578]

0000059

Cassone, Vittório, 1939-. COFINS : Lei n. 9.718/98 ; validade e alcance. *Repertório IOB Jurisprudência : tributário constitucional e administrativo* , n 8 p 254 a 251 2. quin. abr 1999.[0552872]

0000060

Cassone, Vittório, 1939-. COFINS : base de cálculo faturamento, conceito - Lei nº 9.718/98 e EC nº 20/98. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário constitucional e administrativo* , n.1, p.20-14, 1. quin. jan. 2001.[0595471]

0000061

Cassone, Vittorio, 1939-. COFINS e PIS: Lei nº 9.718/98; EC nº 20/98; julgamento pelo TRF da 3ª Região. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário e constitucional* , n.11, p.408-400, 1. quin. jul. 2002.[0631558]

0000062

Cavallo, Achilles Augustus. COFINS : inconstitucionalidades e ilegalidades da lei 9.718/98. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.46, p.7-15, jul. 1999.[0553886]

0000063

Coelho, Sacha Calmon Navarro, 1940-. COFINS nas operações com imóveis e empresas construtoras. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.22, p.406-404, 2. quin. nov. 1995.[0501375]

0000064

Coelho, Sacha Calmon Navarro, 1940-. Crédito-prêmio de IPI : existência jurídica e utilização. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.87, p.110-118, dez. 2002.[0645906]

0000065

Coelho, Sacha Calmon Navarro, 1940-. Inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98, na parte em que alargou a base de cálculo da COFINS : uma abordagem de direito intertemporal. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.73, p.126-135, out. 2001.[0612668]

0000066

Coelho, Sacha Calmon Navarro, 1940-. Questões diversas sobre a tributação dos combustíveis - PIS, COFINS e Cide. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.86, p.111-121, nov. 2002.[0639443]

0000067

Coimbra, Marcelo de Aguiar. Contribuição para o SAT a necessidade da edição da lei. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.32, p.52-60, maio 1998.[0538961]

0000068

Dias, Roberto Moreira. A MP nº 41/2002 e as inconstitucionalidades da majoração das alíquotas do PIS e COFINS. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.90, p.103-113, mar. 2003.[0649007]

0000069

Escobar, Tania Terezinha Cardoso. Considerações em torno da contribuição social das empresas rurais e agroindustriais lei n. 8.870/94. *Revista do Tribunal Regional Federal : 4. Região* , v.9, n.29, p.458-468 1998. [0546534]

0000070

Farena, Duciran Van Marsen. Telefonia : crise do modelo e desrespeito ao consumidor : alguns casos : PIS/COFINS e supressão do atendimento pessoal. *Revista de Direito do Consumidor* , n.44, p.106-121, out./dez. 2002.[0640471]

0000071

Faria, Lincoln Rodrigues de. Novo Finsocial: Lei Complementar n. 70/91 ; constitucionalidade ; parecer do Procurador da República. *Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia* , v.21, n.1/2, p.431-435, dez. 1992.[0502589]

0000072

Faria, Wilson Rodrigues de. Imóveis não pagam COFINS. *Boletim Legislativo Adcoas* , v.29, n.7, p.196-197, mar. 1995. [0495020]

0000073

Fernandes, Edison Carlos. Aspectos da incidência da COFINS sobre a atividade imobiliária. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.74, p.16-24, nov. 2001.[0614930]

0000074

Fernandes, Rodrigo de Andrade Maranhão. Da nova COFINS. *Informativo Jurídico Consulex* , v.13, n.31, p.8-11, 9 ago. 1999.[0565696]

0000075

Ferreira, Dâmares. A COFINS incide sobre as instituições particulares de ensino sem fins lucrativos? *Revista de Previdência Social* , v.25, n.243, p.85-94, fev. 2001. *Revista Tributária e de Finanças Públicas* , v.9, n.38, p.79-94, maio/jun. 2001.[0603773]

0000076

Ferreira, Eloá Alves. COFINS : considerações sobre sua constitucionalidade à luz das alterações introduzidas pela Lei. 9.718/98. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.57, p.37-49, jun. 2000.[0573044]

0000077

Ferreira Sobrinho, José Wilson. Emenda Constitucional nº 20/98 e Lei nº 9.718/99. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.13, p.411-409, 1. quinz jul. 1999.[0574539]

0000078

Ferreira Sobrinho, José Wilson. Exclusão do IPI da base de cálculo da COFINS e de PIS. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário constitucional e administrativo* , n.24, p.714-713, 2. quinz. dez. 2001.[0614235]

0000079

Ferreira Sobrinho, José Wilson. Recorrência da imunidade tributária : pagamento da COFINS por empresa exploradora de minerais. *Repertório IOB Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.7, p.180-179, abr. 2000.[0576472]

0000080

Ferreira Sobrinho, Jose Wilson. Tributação sobre a venda de apartamentos *Repertório Iob Jurisprudencia : tributário, constitucional e administrativo*, n. 22, p 404 - 402, 2. quinz. nov 1995.[0501374]

0000081

Figueiredo, Lúcia Valle. Produtoras de álcool : imunidade da COFINS; ausência. *Revista AMB* , v.1, n.2, p.17-23, ago./out. 1997. *Lex : Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais* , v.10, n.105, p.9-19, maio 1998.[0532987]

0000082

Franceschi, Fernando Ozanan de. PIS e COFINS sobre combustíveis. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.40, p.26-31, jan. 1999.[0547161]

0000083

Francisco, José Antonio. A COFINS e as sociedades civis de profissão regulamentada. *Cefir* , v.41, n.365, p.25-29, dez. 1997.[0537556]

0000084

Franco, Adonilson. Empresas sem empregados : indevida contribuição ao PIS, COFINS e CSLL. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.52, p.7-18, jan. 2000.[0569001]

0000085

Gaia, Terezinha Sueli Sá de Souza. O rombo da previdência social. *Revista de Previdência Social* , v.26, n.256, p.188-189, mar. 2002.[0621888]

0000086

Galbinski, Diego. A COFINS das sociedades civis prestadoras de serviços profissionais legalmente regulamentados. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.20, p.604-600, out. 1999.[0575402]

0000087

Godoy, Walter. A decadência na legislação tributária : o prazo de decadência; a suspensão e a interrupção; o termo inicial na legislação e início efetivo da contagem. *Tributação em Revista* , v.6, n.23, p.5-25, jan./mar. 1998.[0541994]

0000088

Gomes, Marco Aurélio Carvalho. A sistemática de cálculo da contribuição destinada ao PIS e à COFINS instituída pela Lei nº 10.684/03 e a questão relacionada ao custo agregado à produção. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.23, p.856-852, 1. quin. dez. 2003.[0676410]

0000089

González, Antonio Manoel. COFINS : as inconstitucionalidades da Lei nº 9.718/98. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.13, p.409-403, 1. quin. jul. 1999.[0574547]

0000090

Gonçalves, Fernando Dantas Casillo. COFINS e PIS/Pasep : a incidência sobre as receitas pela Lei n. 9.718/98 considerando os efeitos da emenda constitucional n. 20/98. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.5, p.159-155, 1. quin. mar. 1999.[0551664]

0000091

Gonçalves, Fernando Dantas Casillo. Contribuição social do empregador rural pessoa física : inconstitucionalidades da tributação sobre a receita bruta : art. 195, § 9º, da Constituição Federal. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.17, p.608-602. 2003.[0667943]

0000092

Greco, Marco Aurélio, 1947-. COFINS na lei 9.718/98 : variações cambiais e regime da alíquota acrescida. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.50, p.110-151, nov. 1999.[0559168]

0000093

Greco, Marco Aurélio, 1947-. PIS e COFINS na atividade de imobiliária : contribuições e critérios constitucionais. *Repertório IOB de Jurisprudência : Tributário Constitucional e Administrativo*, n. 19, p. 479-473, 1. quin. out. 1997.[0529108]

0000094

Groth, Daiane. A competência residual da União para instituição de novas contribuições sociais. *Estudos Jurídicos, São Leopoldo* , v.35, n.95, p.167-189, set./dez. 2002.[0667644]

0000095

Guerreiro, Marcelo da Fonseca. Inconstitucionalidade do art. 4. da Lei Complementar n. 70/91. *Revista de Informação Legislativa* , v.33, n.130, p.161-163, abr./jun. 1996.[0509905]

0000096

Jardim, Eduardo Marcial Ferreira. Comprometimento parcial ou total da validade das contribuições da União em face da sua desafetação decorrente do fundo de estabilidade fiscal. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.55, p.40-49, abr. 2000.[0568613]

0000097

Keppler, Roberto Carlos, Da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.75, p.169-178, dez. 2001.[0617634]

0000098

Lapa, Jane de Oliveira. Isenção da COFINS para as sociedades civis. *Informativo Jurídico Consulex* , v.14, n.45, p.13, 6 nov. 2000.[0592348]

0000099

Leo, Sergio. Quais são as novas? *Dinheiro* , n.111, p.32-33, out. 1999.[0557921]

0000100

Lima, Maria Ednalva de. PIS e COFINS - base de cálculo : exclusão dos valores transferidos para outras pessoas jurídicas. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.75, p.144-153, dez. 2001.[0617624]

0000101

Lovato, Antonio Carlos. Algumas considerações a respeito do aumento da COFINS *Repertório Iob Jurisprudência : tributário constitucional e administrativo*, n. 5 p 155 - 153. 1. quinz. mar. 1999.[0551663]

0000102

Machado, Agapito. Writ of Mandamus : tributário: COFINS: isenção e compensação com PIS e contribuição social sobre o lucro. *Ciência Jurídica* , v.12, n.83, p.283-286, set./out. 1998.[0556402]

0000103

Machado, Hugo de Brito. A COFINS e a imunidade do art. 155, par. 3, da Constituição. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.2, p.38-37, 2. quinz. jan. 1995.[0494564]

0000104

Machado, Hugo de Brito. A COFINS e as sociedades de profissionais.  
*Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.10, p.196-194, 2. quinz. maio 1994.[0485931]

0000105

Machado, Hugo de Brito. Compensação da COFINS com a CSL.  
*Repertório Iob Jurisprudência : tributário constitucional e administrativo*, n. 7, p. 233 - 231, 1. quinz, abr. 1999.[0552980]

0000106

Machado, Hugo de Brito. Fraude à Constituição em matéria de PIS e COFINS. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.60, p.85, set. 2000.[0578659]

0000107

Machado, Hugo de Brito. A imunidade tributária do art. 155, par. 3. da Constituição Federal e os conceitos de operação e de faturamento. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.36, p.59-62, set. 1998.[0542899]

0000108

Machado, Hugo de Brito. Isenções e base de cálculo da COFINS.  
*Repertório Iob Jurisprudencia : tributário constitucional e administrativo*, n. 23, p. 611 - 609, 1. quinz. Dez. 1998.[0549262]

0000109

Machado, Hugo de Brito. O regime tributário dos descontos.  
*Repertório IOB de Jurisprudência : tributário constitucional e administrativo* , n.3, p.87-84, 1. quinz. fev. 2001.[0595925]

0000110

Machado Segundo, Hugo de Brito. Substituição tributária e realidades afins : legitimidade ativa "Ad Causam". *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.68, p.61-76, maio 2001.[0601071]

0000111

Maciel, Everardo. O leão quer mais. *Veja* , v.33, n.18, p.11-15, 3 mai. 2000.[0567652]

0000112

Maciel Neto, Antonio. "É a maior paulada da minha vida". *Isto É Dinheiro* , n.342, p.20-24, 24 mar. 2004.[0683606]

0000113

Magalhães, Luís Carlos Garcia de. Tributação e dispêndio com saúde das famílias brasileiras : avaliação da carga tributária sobre medicamentos. *Planejamento e Políticas Públicas* , n.24, p.5-25, dez. 2001.[0644890]

0000114

Martins, Ivan. Crescimento inadiável. *Isto É Dinheiro* , n.335, p.22-30, 4 fev. 2004.[0678596]

0000115

Martins, Ives Gandra da Silva, 1935-. COFINS : imunidade das operações com derivados de petróleo ; inteligência do artigo 155 parágrafo 3. da Constituição Federal ; questões processuais ; parecer. *Revista Jurídica Mineira* , v.11, n.110, p.270-288, nov/dez 1994.[0498790]

0000116

Martins, Ives Gandra da Silva, 1935-. Lei n. 9.718/98 e base de cálculo da COFINS sobre receita bruta : inconstitucionalidade. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.47, p.133-152, ago. 1999.[0556516]

0000117

Martins, Ives Gandra da Silva, 1935-. Princípio da isonomia e da não recepção no regime constitucional das contribuições especiais-inconstitucionalidade de exações diferenciadas ou de novas impositões da lei suprema não veiculadas por lei posterior-opinião legal. Parecer. *Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados* , v.25, n.181-182, p.105-122, abr./jun. 2001.[0619977]

0000118

Mattos, Aroldo Gomes de. A cobrança excessiva do PIS : COFINS do PIS e COFINS das refinarias, distribuidores e postos de derivados de petróleo. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.57, p.19-36, jun. 2000.[0573043]

0000119

Mattos, Aroldo Gomes de. A cumulatividade das contribuições PIS / Pasep / COFINS e a desigualdade de tratamento entre seus contribuintes. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.63, p.7-19, dez. 2000.[0588070]

0000120

Mattos, Aroldo Gomes de. Vendas canceladas : dedução das bases de cálculo das contribuições PIS / COFINS. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.78, p.7-14, mar. 2002.[0625771]



0000121

Mattos, Aroldo Gomes de. Uma burla a CF : o caso PIS / COFINS das transportadoras de combustíveis derivados do petróleo. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.71, p.41-50, ago. 2001.[0603739]

0000122

Mélega, Luiz, 1913-2002. As contribuições devidas a seguridade social pelos empregadores : o projeto de lei complementar n. 97/1996. *LTr Suplemento Tributário* , v.32, n.55, p.293-299 1996.[0513284]

0000123

Melo, João Carlos Bezerra de. A verdade sobre a questão da previdência social do servidor público. *Universidade e sociedade* , v.10, n.21, p.47-57, jan./abr. 2000. *Universidade e sociedade* , v.10, n.21, p.58-69, jan./abr. 2000, Continuação do artigo publicado no mesmo periódico no v. 10, n. 21, p. 47-57 jan./abr. 2000. *Tributação em revista* , v.8, n.33, p.14-24, jul./set. 2000.[0583419]

0000124

Mendes, Frana Elizabeth. Lei nº 9.718 : alguns aspectos constitucionais. *Revista Emarf : Escola de Magistratura Regional Federal* , v.2, n.2, p.123-146, abr. 2000. *Revista de Direito Tributário* , n.78, p.226-243, 1999 n.78.[0600557]

0000125

Minatel, José Antonio. Tributação das sociedades cooperativas a partir de 04/01/98. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.36, p.63-71, set. 1998.[0542902]

0000126

Monteiro Neto, Nelson. COFINS e PIS : vendas de produtos nacionais para o consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus e estímulos fiscais. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.86, p.91-96, nov. 2002.[0639438]

0000127

Morschbacher, José. A contribuição das empresas rurais da Lei n. 8.870/94 e sua inconstitucionalidade. *Revista de Estudos Tributários* , v.4, n.20, p.8-20, jul./ago. 2001.[0607769]

0000128

Morschbacher, José. A dupla tributação dos combustíveis pela COFINS e pelo PIS : o equívoco da Receita Federal. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.20, p.54-56, maio 1997.[0520208]

0000129

Natal, Eduardo Gonzaga Oliveira de. PIS e COFINS sobre locação de bens móveis. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.71, p.51-59, ago. 2001.[0603741]

0000130

Nepomuceno, F. Compensação da COFINS com a CSLL aplicável as PJ não financeiras. *Cefir* , v.43, n.379, p.11-25, fev. 1999.[0553320]

0000131

Neves, Aloysio Tadeu de Oliveira. A incidência da COFINS sobre a receita das instituições federais de ensino : aspectos jurídicos. *Estudos Jurídicos : revista da Procuradoria Geral da Universidade Federal Fluminense* , n.1, p.45-54 2002.[0669019]

0000132

Oliveira, Ricardo Mariz de. COFINS nas operações com imóveis e empresas construtoras *Repertório Iob Jurisprudência : tributário constitucional e administrativo*, n. 24, p. 450 - 444, 2. quin. Dez. 1995.[0502158]

0000133

Oliveira, Ricardo Mariz de, 1940-. Conceito de receita como hipótese de incidência das contribuições para a seguridade social (para efeitos da COFINS e da contribuição ao PIS). *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário constitucional e administrativo* , n.1, p.43-20, 1. quin. jan. 2001.[0595469]

0000134

Oliveira, Ricardo Mariz de. Contribuições sociais e compensação. *Repertório Iob Jurisprudência : tributário constitucional e administrativo*, n. 24, p. 492 - 490, 2. quin. Dez. 1994.[0494563]

0000135

Oliveira, Ricardo Mariz de. Operações relacionadas com imóveis e contribuição do COFINS. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.6, p.74-87, mar. 1996.[0509465]

0000136

Oliveira, Ricardo Mariz de, 1940-. Variações cambiais nas bases de cálculo das contribuições do PIS e à COFINS. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo*, n.24, p.704-696, dez. 1999.[0575586]

0000137

Oliveira, Ricardo Mariz de. Venda de imóveis e COFINS. *Repertório Iob Jurisprudencia : tributário constitucional e administrativo*, n. 21, p. 429 - 427, 1. quinz. nov. 1993.[0481054]

0000138

Oliveira, Wagner Pires de. A base de cálculo do PIS e da COFINS é constitucional? *Consulex : revista jurídica*, v.5, n.101, p.14-17, mar. 2001.[0608447]

0000139

Orsini, José Guarany Marcondes. A velha COFINS e a nova COFINS : está chegando a hora da verdade. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário e constitucional*, n.7, p.232-227, 1. quinz. abr. 2002.[0625668]

0000140

Petry, Rodrigo. Retenção das contribuições COFINS, PIS/PASEP e CSSL na fonte : as leis nºs 10.833/03 e 9.430/96. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo*, n.3, p.127-122, 1. quinz. fev. 2004.[0680733]

0000141

PIStori, Milena Inês Sivieri. Incidência de PIS e COFINS : obrigatoriedade da emissão de nota fiscal. *Informativo Jurídico Consulex*, v.15, n.18, p.9-10, 30 abr. 2001.[0599281]

0000142

Prado, Flávio Augusto Dumont. Da inconstitucional exigência do PIS e da COFINS das cooperativas de crédito. *Revista Dialética de Direito Tributário*, n.58, p.31-44, jul. 2000.[0576035]

0000143

Prado, Inocencio Henrique do. As principais teses fiscais dos tribunais. *Repertório Iob Jurisprudência : tributário constitucional e administrativo*, n. 10, p. 310 - 305, 2. quinz. maio 1999.[0553394]

0000144

Prudente, Antônio Souza. Reserva absoluta da lei complementar na constituição da COFINS e do PIS/PASEP. *Revista de Estudos Tributários* , v.2, n.10, p.5-7, nov./dez. 1999.[0562355]

0000145

Regina, Jose Eduardo Queiroz. Da Inconstitucionalidade da exigência de COFINS das sociedades civis de profissão regulamentada. *Repertório Iob Jurisprudencia : tributário constitucional e administrativo*, n. 8, p. 187 - 185, 2. quinz. Abr. 1997.[0519647]

0000146

Ribeiro, Ricardo Lodi. A constitucionalidade das alterações na COFINS pela Lei nº 9.718/98. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.53, p.67-76, fev. 2000.[0568518]

0000147

Rocha, João Luiz Coelho da. COFINS, contribuintes, cumulatividade, elisão ilícita. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.88, p.46-51, jan. 2003.[0646949]

0000148

Rocha, João Luiz Coelho da. As contribuições sociais e a vedação do art. 155 par. 3 da Constituição. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.35, p.46-50, ago. 1998.[0541860]

0000149

Rocha, José Humberto da. A imunidade das operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e minerais do país frente as contribuições para a seguridade social. *Revista de Direito Renovar* , n.13, p.185-212, jan./abr. 1999.[0558188]

0000150

Rodrigues, José Roberto Pernomian. A inconstitucionalidade da lei 9.718/98 e a edição da Emenda Constitucional 20/98 como tentativa de validar as alterações relativas à COFINS. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo : Nova Série* , v.3, n.5, p.274-286, jan./jun. 2000.[0598022]

0000151

Rolim, João Dácio. Da tipologia da atividade de factoring e as incidências do PIS, COFINS, ISS e IOF (lei 9.532/97 e ato declaratório normativo N. 31/97). *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.33, p.59-74, jun. 1998.[0539206]

0000152

Rosa, Fábio Bittencout da. Cooperativas : direito à isenção. *Revista de Estudos Tributários* , v.6, n.34, p.27-50, nov./dez. 2003.[0683543]

0000153

Sabbag, Maristela Miglioli. Contribuição social sobre o lucro majorações de alíquota para instituições financeiras ; violação da isonomia tributária. *Revista dos Tribunais, São Paulo* , v.84, n.719, p.45-56, set. 1995.[0501890]

0000154

Sabino, Jose Alfredo Ferrari. Da não-inclusão dos reembolsos, pelos distribuidores, do ICMS retido pela indústria de base de cálculo do PIS e do COFINS. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.42, p.53-61, mar. 1999.[0548758]

0000155

Sampar, Marcos Donizeti. Natureza jurídica da compensação de até 1/3 da COFINS paga com a CSLL devida. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.51, p.96-103, dez. 1999.[0561872]

0000156

Santiago, Igor Mauler. Repasse do ônus econômico de tributos diretos : a controvérsia sobre o PIS e a COFINS das companhias telefônicas. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.96, p.36-41, set. 2003.[0668972]

0000157

Saraiva Filho, Oswaldo Othon de Pontes. COFINS empresas imobiliárias e afins. *Repertório Iob Jurisprudência : tributário constitucional e administrativo*, n. 22, p. 402 - 399, 2. quin. nov. 1995.[0501373]

0000158

Saraiva Filho, Oswaldo Othon de Pontes. COFINS nas operações sobre imóveis. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.1, p.62-68, out. 1995.[0503369]

0000159

Saraiva Filho, Oswaldo Othon de Pontes. Finsocial, PIS, Confins : serviços e produtos estratégicos (as razões que levaram o governo à vitória no STF). *Tributação em Revista* , v.7, n.28, p.10-12, abr./jun. 1999.[0585492]

0000160

Saraiva Filho, Oswaldo Othon de Pontes. A incidência da COFINS sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis. *Revista de Informação Legislativa* , v.32, n.127, p.73-75, jul./set. 1995.[0499421]

0000161

Scaff, Fernando Facury. As contribuições e o princípio da afetação. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.98, p.44-62, nov. 2003.[0674477]

0000162

Silva, Carlos Lavallo da. PIS e COFINS o que falta fazer. *Conjuntura Econômica* , v.49, n.1, p.16-17, jan. 1995. [0492133]

0000163

Silva, Leonardo Mussi da. A inconstitucionalidade do aumento de alíquota da COFINS em face do princípio constitucional da equidade. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.47, p.69-77, ago. 1999.[0556519]

0000164

Silva, Paulo Roberto Coimbra. Inconstitucionalidades das majorações da COFINS promovidas pela Lei 9.718/98. *Revista de Estudos Tributários* , v.2, n.8, p.141-151, jul./ago. 1999.[0562268]

0000165

Silva, Ricardo Micheloni da. Inexistência de sujeição passiva da indústria veterinária em face da lei nº 10.147/00 que majorou a COFINS e o PIS. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário e constitucional* , n.8, p.286-282, 2. quin. abr. 2002.[0625667]

0000166

Silva, Rogério Pires da. A COFINS e a lei nº 9.718/98. *Repertório IOB Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.7, p.181-180, abr. 2000.[0576468]

0000167

Silva, Yves Cassius. Empresas de construção civil : venda de imóveis ; não-incidência da COFINS. *Informativo Jurídico Consulex* , v.16, n.15, p.17-20, 15 abr. 2002.[0621670]

0000168

Souza, Sergio Augusto G. Pereira de. A contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras nos termos da Emenda Constitucional n. 10/96. *Revista Dialética de Direito Tributário*, n.32, p.86-96, maio 1998.[0538962]

0000169

Stefano, Fabiane. O extermínio de empresas brasileiras. *Isto É Dinheiro*, n.336, p.26-29, 11 fev. 2004.[0681616]

0000170

Tavares, Alexandre Macedo. As impropriedades da execução ex officio de contribuições à seguridade social emergentes de decisões da Justiça do Trabalho. *Revista Dialética de Direito Tributário*, n.84, p.33-46, set. 2002.[0636672]

0000171

Tavares, Alexandre Macedo. A relação de causalidade e a natureza jurídica do acréscimo compensável" da COFINS : aspectos oponíveis à pretensão revogação implementada pela Medida Provisória nº 1.858-10/99 e sucessivas reedições. *Revista Dialética de Direito Tributário*, n.61, p.7-18, out. 2000.[0579822]

0000172

Teixeira, Alessandra Machado Brandão. PIS e COFINS : locação de mão-de-obra temporária. *Revista Dialética de Direito Tributário*, n.94, p.7-17, jul. 2003.[0661402]

0000173

Teixeira, Geraldo Bemfica. Aspectos da Lei nº 9.718/98 : considerações sobre as alterações do PIS e da COFINS introduzidas pela Lei nº 9.718/98. *Revista de Estudos Tributários*, v.2, n.8, p.124-132, jul./ago. 1999.[0596081]

0000174

Teixeira, Romulo José de Medeiros. A falácia do cálculo do ICMS. *Doutrina Adcoas*, v.6, n.5, p.145-149, maio 2003.[0659280]

0000175

Trigo, Régis Pallota. Considerações sobre o PIS : revisitando a MP nº 1212 e as Leis nºs 9715 e 9718. *Repertório IOB de Jurisprudência : tributário e constitucional*, n.1, p.28-20, 1. quin. jan. 2002.[0616478]

0000176

Trindade, Caio de Azevedo. A isenção da COFINS para as sociedades civis de prestação de serviços profissionais, uma questão infraconstitucional. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.101, p.51-62, fev. 2004.[0683509]

0000177

Troianelli, Gabriel Lacerda. A COFINS e a Contribuição Sobre o Lucro das Empresas sem Empregados. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.18, p.21-26, mar. 1997.[0517767]

0000178

Troianelli, Gabriel Lacerda. Isenção da COFINS a exportação e sua regulamentação aplicabilidade. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.4, p.25-29, jan. 1996.[0503413]

0000179

Villela, Gilberto Etchaluz. A constitucionalidade da Lei n. 9.718/98. *Revista de Estudos Tributários* , v.2, n.8, p.133-144, jul./ago. 1999.[0562264]

0000180

Villela, Gilberto Etchaluz. Reflexões em torno dos chamados "lançamentos por homologação" e dos seus efeitos, nas exações sujeitas a tal regime. *Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados* , v.23, n.171, p.113-139, jul./ago. 1999. *Revista da Ajuris : Doutrina e Jurisprudência* , v.26, n.77, p.320-346, mar. 2000.[0564967]

0000181

Vitta, Heraldo Garcia. Aspectos da hipótese de incidência da COFINS *Lex : jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais* , v.8, n.87, p.9-16, nov. 1996. *Revista Jurídica (Curitiba)* , v.13, n.11, p.39-45 1997.[0515988]

0000182

Witt, Marcondes. A COFINS e as sociedades de advogados. *Revista Dialética de Direito Tributário* , n.96, p.42-48, set. 2003.[0668975]

0000183

Yamashita, Douglas. COFINS e PIS : revogação da exclusão de valores transferidos para outra pessoa jurídica? *Repertório IOB Jurisprudência : tributário, constitucional e administrativo* , n.13, p.328-324, jul. 2000.[0576668]

0000184



Yamashita, Douglas. Natureza jurídica da Lei Complementar n. 70/91 e sua alteração por lei ordinária. *Repertório Iob Jurisprudencia : tributário constitucional e administrativo*, n. 7, p. 231 - 227, 1. quinz. abr. 1999.[0552976]

0000185

Yassui, Paulo Akiyo. COFINS EC-20/98 não dá respaldo jurídico-constitucional à Lei N. 9.718/98. *Repertório Iob Jurisprudencia : tributário constitucional e administrativo*, n. 9, p. 275 - 270 1. quinz. maio 1999.[0553395]

0000186

## ARTIGOS DE JORNAIS

Amaral, Gilberto. COFINS em julgamento. *Correio Brasiliense, Brasília* , p.5, 04/11/ 1998. *Pastas dos Ministros* , n.CV-005, Ministro Carlos Velloso 1999.[0332629]

0000187

Banja, Waldemir. COFINS : a cobrança inconstitucional. *Correio Braziliense, Brasília* , n.12628, caderno Direito e Justiça, 24/11/ 1997, p.10. [0327308]

0000188

Basile, Juliano. STF julga imunidade tributária de mineradora. *Gazeta Mercantil, São Paulo* , p.A-12, 22/10/ 1998. *Pastas dos Ministros* , n.CV-005, Ministro Carlos Velloso 1999.[0332614]

0000189

Gallucci, Mariângela. Ações que STF julgará em agosto poderão afetar acordo com FMI. *O Estado de São Paulo, São Paulo* , p.B-7, 22/07/ 1999. *Pastas dos Ministros* , n.CV-006, Ministro Carlos Velloso 1998.[0572824]

0000190

Machado, Hugo de Brito. Sociedades de profissionais e isenção da COFINS. *Correio Braziliense, Brasília* , caderno Direito e Justiça, n.13554, 26/06/ 2000, p.2.[0622895]

0000191

Martins, Sérgio Pinto, 1963-. Déficit da previdência social e arrecadação. *Correio Braziliense, Brasília* , caderno Direito e Justiça, n.14540, 10/03/ 2003, p.1.[0650440]

0000192

Oliveira, Wagner Pires de. Incidentes de inconstitucionalidade contra a Lei nº 9.718/98. *Correio Braziliense, Brasília* , caderno Direito e Justiça, n.13726, 18/12/ 2000, p.3.[0641827]

0000193

Prudente, Antônio Souza. Reserva absoluta da Lei Complementar na Constituição da COFINS e do PIS/Pasep. *Correio Braziliense, Brasília* , caderno Direito e Justiça, n.13161, 31/05/ 1999, p.3.[0581205]

0000194

Santos, Francisco Cláudio de Almeida. Imunidade Tributária. *Correio Braziliense, Brasília*, Caderno Direito e Justiça, n.12950, 02/11/ 1998, p.7. *Correio Braziliense, Brasília*, [0332398]

0000195

Saraiva Filho, Oswaldo Othon de Pontes. Finsocial, PIS e COFINS : constitucionalidade. *Correio Braziliense, Brasília*, n.13230, Caderno Direito e Justiça, 09/08/1999, p.6. *Pastas dos Ministros*, n.CV-007, Ministro Carlos Velloso 2000.[0572893]

0000196

Serra enfrenta acm para obter verba. *Folha de São Paulo, São Paulo*, n.25354, 02/09/1998, p.1-4. [0329016]

0000197

Sinônimos antônimos. *O Estado do Paraná, Paraná*, p.6, 04/07/ 1999. *Pastas dos Ministros*, n.CV-006, Ministro Carlos Velloso 1999.[0333121]

0000198

STF declara COFINS constitucional. *Jornal do Commercio, Rio de Janeiro*, p.A-3, 02/07/ 1999. *Pastas dos Ministros*, n.CV-006, Ministro Carlos Velloso 1999.[0333208]

0000199

STF suspende julgamento da COFINS. *Folha de São Paulo, São Paulo*, p.2-4, 22/10/ 1998. *Pastas dos Ministros*, n.CV-005, Ministro Carlos Velloso 1998.[0332618]

0000200

Suspensão julgamento de cobrança de PIS e COFINS. *Jornal do Brasil, Rio de Janeiro*, p.20, 22/10/1998. *Pastas dos Ministros*, n.CV-005, Ministro Carlos Velloso 1998.[0332619]

0000201

Verdini, Liana. Bancos rejeitam pagamento da COFINS. *Correio Braziliense, Brasília*, n.12953, 05/11/1998, p.23. [0329704]

0000202

## Levantamento legislativo sobre "COFINS"

Endereço eletrônico: <https://www.planalto.gov.br/legisla.htm>

## BASE DA LEGISLAÇÃO FEDERAL DO BRASIL

IDENTIF.	DATA	SITUAÇÃO	EMENTA
<a href="#">MPV 183/2004</a>	30/04/2004	EM TRAMITAÇÃO	REDUZ AS ALÍQUOTAS DO PIS/PASEP E DA COFINS, INCIDENTES NA IMPORTAÇÃO E NA COMERCIALIZAÇÃO DO MERCADO INTERNO DE FERTILIZANTES E DEFENSIVOS AGROPECUÁRIOS CLASSIFICADOS NO CAPÍTULO 31 DA NCM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
<a href="#">LEI 10.865/2004</a>	30/04/2004	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO E A CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL INCIDENTES SOBRE A IMPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E DÁ O
<a href="#">DEC 5.062/2004</a>	30/04/2004	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	FIXA COEFICIENTE PARA REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS ESPECÍFICAS DO PIS/PASEP E DA COFINS DE QUE TRATAM OS ARTS. 51 E 52 DA LEI N.º 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003.
<a href="#">DEC 5.059/2004</a>	30/04/2004	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	REDUZ AS ALÍQUOTAS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E DA COFINS INCIDENTES SOBRE A IMPORTAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE GASOLINA, ÓLEO DIESEL, GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) E QUEROSENE DE AVIAÇÃO.
<a href="#">DEC 5.057/2004</a>	30/04/2004	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	REDUZ A ZERO AS ALÍQUOTAS ESPECÍFICAS DO PIS/PASEP E DA COFINS DOS PRODUTOS QUE MENCIONA
<a href="#">MPV 164/2004</a>	29/01/2004	CONVERTIDA	DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO E A CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL INCIDENTES SOBRE A IMPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS
<a href="#">DEC 4.965/2004</a>	29/01/2004	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	FIXA COEFICIENTE PARA REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS ESPECÍFICAS DO PIS/PASEP E DA COFINS DE QUE TRATAM OS ARTS. 51 E 52 DA LEI N.º 10.833, DE 2003.
<a href="#">LEI 10.833/2003</a>	29/12/2003	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	ALTERA A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 135/2003</a>	30/10/2003	CONVERTIDA	ALTERA A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">DEC 4.751/2003</a>	17/06/2003	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE O FUNDO PIS-PASEP, CRIADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 11 DE SETEMBRO DE 1975, SOB A DENOMINAÇÃO DE PIS-PASEP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">LEI 10.684/2003</a>	30/05/2003	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	ALTERA A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, DISPÕE SOBRE PARCELAMENTO DE DÉBITOS JUNTO À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, À PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL E AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">LEI 10.676/2003</a>	22/05/2003	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DA CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS DEVIDAS PELAS SOCIEDADES COOPERATIVAS EM GERAL.
<a href="#">MPV 107/2003</a>	10/02/2003	CONVERTIDA	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS NºS 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002, E 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 101/2002</a>	30/12/2002	CONVERTIDA	DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DA CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS DEVIDAS PELAS SOCIEDADES COOPERATIVAS EM GERAL.
<a href="#">DEC 4.524/2002</a>	17/12/2002	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	REGULAMENTA A CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E A COFINS DEVIDAS PELAS PESSOAS JURÍDICAS EM GERAL.

<a href="#">LEI 10.560/2002</a>	13/11/2002	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DISPENSADO ÀS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">LEI 10.548/2002</a>	13/11/2002	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	ALTERA A LEI Nº 10.147, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000, QUE DISPÕE SOBRE A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO - PIS-PASEP E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE
<a href="#">MPV 75/2002</a>	24/10/2002	REJEITADA	ALTERA A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 67/2002</a>	04/09/2002	CONVERTIDA	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DISPENSADO ÀS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 66/2002</a>	29/08/2002	CONVERTIDA	DISPÕE SOBRE A NÃO CUMULATIVIDADE NA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PASEP), NOS CASOS QUE ESPECIFICA; SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA DESCONSIDERAÇÃO
<a href="#">LEI 10.485/2002</a>	03/07/2002	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE A INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PIS/PASEP) E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS), NAS HIPÓTESES QU
<a href="#">MPV 41/2002</a>	20/06/2002	CONVERTIDA	ALTERA A LEI Nº 10.147, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000, QUE DISPÕE SOBRE A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO - PIS-PASEP E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE
<a href="#">DEC 4.275/2002</a>	20/06/2002	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ANEXO AO DECRETO Nº 3.803, DE 24 DE ABRIL DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE O CRÉDITO PRESUMIDO DA CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS-PASEP E DA CO
<a href="#">DEC 4.266/2002</a>	11/06/2002	REVOGADO	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ANEXO AO DECRETO Nº 3.803, DE 24 DE ABRIL DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE O CRÉDITO PRESUMIDO DA CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS-PASEP E DA CO
<a href="#">MPV 38/2002</a>	14/05/2002	SEM EFICÁCIA	DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DE ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL, DE MUNICÍPIOS E DE EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS EM PROCESSO DE FALÊNCIA OU DE LIQUIDAÇÃO, INSTITUI REGIME ESPECIAL DE PARCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

IDENTIF.	DATA	SITUAÇÃO	EMENTA
<a href="#">LEI 10.433/2002</a>	24/04/2002	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA (VER ALTERAÇÃO)	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO MERCADO ATACADISTA DE ENERGIA ELÉTRICA - MAE, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">DEC 4.066/2001</a>	27/12/2001	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	REDUZ AS ALÍQUOTAS ESPECÍFICAS E O LIMITE DE DEDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE), INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001, PARA OS PRODUTOS QUE ESPECIFICA.
<a href="#">LEI 10.312/2001</a>	27/11/2001	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE A INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL NAS OPERAÇÕES DE VENDA DE GÁS NATURAL E DE CARVÃO MINERAL.
<a href="#">LEI 10.276/2001</a>	10/09/2001	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS INCIDENTES SOBRE INSUMOS UTILIZADOS NA FABRICAÇÃO
<a href="#">MPV 2.158-35/2001</a>	24/08/2001	REEDIÇÃO EM TRAMITAÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 2.202-2/2001</a>	23/08/2001	REEDIÇÃO CONVERTIDA	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS INCIDENTES SOBRE INSUMOS UTILIZADOS NA FABRICAÇÃO

<a href="#">MPV 2.158-34/2001</a>	27/07/2001	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 2.202-1/2001</a>	26/07/2001	REEDIÇÃO	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> INCIDENTES SOBRE INSUMOS UTILIZADOS NA FABRICAÇÃO
<a href="#">MPV 2.202/2001</a>	28/06/2001	ORIGINÁRIA REEDITADA CONVERTIDA	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PIS/PASEP E PARA A SEGURIDADE SOCIAL- <b>COFINS</b> INCIDENTES SOBRE INSUMOS UTILIZADOS NA FABRICAÇÃO DE
<a href="#">MPV 2.158-33/2001</a>	28/06/2001	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 2.113-32/2001</a>	21/06/2001	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
<a href="#">MPV 2.113-31/2001</a>	24/05/2001	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 2.113-30/2001</a>	26/04/2001	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">DEC 3.803/2001</a>	24/04/2001	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE O CRÉDITO PRESUMIDO DA CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PREVISTO NO
<a href="#">MPV 2.113-29/2001</a>	27/03/2001	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL- <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 2.113-28/2001</a>	23/02/2001	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL- <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 2.113-27/2001</a>	26/01/2001	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL- <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 2.113-26/2000</a>	27/12/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL- <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 2.037-25/2000</a>	21/12/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL- <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">LEI 10.147/2000</a>	21/12/2000	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP, E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , NAS OPERAÇÕES DE
<a href="#">MPV 2.037-24/2000</a>	23/11/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

<a href="#">MPV 2.037-23/2000</a>	26/10/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL- <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 2.037-22/2000</a>	26/09/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL- <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO -PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 2.037-21/2000</a>	25/08/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL- <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO- PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 2.037-20/2000</a>	28/07/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL- <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO- PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDENTIF.	DATA	SITUAÇÃO	EMENTA
<a href="#">LEI 9.990/2000</a>	21/07/2000	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	PRORROGA O PERÍODO DE TRANSIÇÃO PREVISTO NA LEI Nº 9.478, DE 06/08/1997, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL, AS ATIVIDADES RELATIVAS AO MONOPÓLIO DO PETRÓLEO, INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA E A A
<a href="#">MPV 2.037-19/2000</a>	28/06/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO- PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 1.991-18/2000</a>	09/06/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 1.991-17/2000</a>	11/05/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 1.991-16/2000</a>	11/04/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 1.991-15/2000</a>	10/03/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LÍQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ
<a href="#">MPV 1.991-14/2000</a>	11/02/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LÍQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A R
<a href="#">MPV 1.967-4/2000</a>	03/02/2000	REEDIÇÃO	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL DA UNIÃO, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NO VALOR DE R\$ 240.000.000,00, PARA OS FINS QUE
<a href="#">MPV 1.991-13/2000</a>	13/01/2000	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LÍQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ O
<a href="#">MPV 1.991-12/1999</a>	14/12/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - <b>COFINS</b> , PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LÍQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A
<a href="#">LEI 9.896/1999</a>	14/12/1999	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	INSTITUI O PROGRAMA EMERGENCIAL DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL DA UNIÃO, EM FAVOR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CRÉDITO

EXTRAORDINARIO NO VALOR DE R\$			
<a href="#">MPV 1.858-11/1999</a>	25/11/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLACAO DAS CONTRIBUICOES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRACAO SOCIAL E DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LIQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A
<a href="#">MPV 1.858-10/1999</a>	26/10/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLACAO DAS CONTRIBUICOES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRACAO SOCIAL E DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LIQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A
<a href="#">MPV 1.858-9/1999</a>	24/09/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLACAO DAS CONTRIBUICOES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRACAO SOCIAL E DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LIQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A
<a href="#">MPV 1.858-8/1999</a>	27/08/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLACAO DAS CONTRIBUICOES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRACAO SOCIAL E DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LIQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A
<a href="#">MPV 1.858-7/1999</a>	29/07/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLACAO DAS CONTRIBUICOES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRACAO SOCIAL E DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LIQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A
<a href="#">MPV 1.858-6/1999</a>	29/06/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLACAO DAS CONTRIBUICOES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRACAO SOCIAL E DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LIQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A
<a href="#">MPV 1.807-5/1999</a>	17/06/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLACAO DAS CONTRIBUICOES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRACAO SOCIAL E DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LIQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A
<a href="#">MPV 1.807-4/1999</a>	20/05/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLACAO DAS CONTRIBUICOES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRACAO SOCIAL E DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LIQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A
<a href="#">MPV 1.807-3/1999</a>	22/04/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLACAO DAS CONTRIBUICOES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRACAO SOCIAL E DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LIQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A
<a href="#">MPV 1.807-2/1999</a>	25/03/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLACAO DAS CONTRIBUICOES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRACAO SOCIAL E DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LIQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A
<a href="#">MPV 1.807-1/1999</a>	25/02/1999	REEDIÇÃO	ALTERA A LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LÍQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ O
<a href="#">MPV 1.807/1999</a>	28/01/1999	ORIGINÁRIA REEDITADA TRAMITAÇÃO	EM COFINS, PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/PASEP E SOBRE O LUCRO LÍQUIDO, DO IMPOSTO SOBRE A RENDA, E DÁ O
<a href="#">LEI 9.718/1998</a>	27/11/1998	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	ALTERA A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL.
<a href="#">MPV 1.724/1998</a>	29/10/1998	ORIGINARIA CONVERTIDA	ALTERA A LEGISLACAO TRIBUTARIA FEDERAL.

IDENTIF.	DATA	SITUAÇÃO	EMENTA
<a href="#">LEI 9.363/1996</a>	13/12/1996	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.



<a href="#">LEI 9.317/1996</a>	05/12/1996	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE O REGIME TRIBUTÁRIO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, INSTITUI O SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES E DÁ OUTRAS PR
<a href="#">MPV 1.484-27/1996</a>	22/11/1996	REEDIÇÃO CONVERTIDA	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.484-26/1996</a>	24/10/1996	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS - PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.484-25/1996</a>	26/09/1996	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS-PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.484-24/1996</a>	29/08/1996	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS - PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.484-23/1996</a>	01/08/1996	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS-PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.484-22/1996</a>	04/07/1996	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS-PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.484/1996</a>	05/06/1996	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PRA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.436/1996</a>	09/05/1996	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS-PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.394/1996</a>	11/04/1996	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS-PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.352/1996</a>	12/03/1996	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS-PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">LCP 85/1996</a>	15/02/1996	REVOGADA POR MPV	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 70, DE 30/12/1991, QUE ESTABELECE A CONTRIBUICAO PAR A FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS.
<a href="#">MPV 1.273/1996</a>	12/01/1996	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.236/1995</a>	14/12/1995	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS-PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA.
<a href="#">MPV 1.201/1995</a>	24/11/1995	REEDIÇÃO REVOGADA	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.166/1995</a>	26/10/1995	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.133/1995</a>	26/09/1995	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.101/1995</a>	25/08/1995	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO

			PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA.
<a href="#">MPV 1.074/1995</a>	28/07/1995	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 1.048/1995</a>	29/06/1995	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">LEI 9.069/1995</a>	29/06/1995	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE O PLANO REAL, O SISTEMA MONETÁRIO NACIONAL, ESTABELECE AS REGRAS E CONDIÇÕES DE EMISSÃO DO REAL E OS CRITÉRIOS PARA CONVERSÃO DAS OBRIGAÇÕES PARA O REAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 1.025/1995</a>	20/06/1995	REEDIÇÃO REVOGADA	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 999/1995</a>	19/05/1995	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS - PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 973/1995</a>	20/04/1995	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

IDENTIF.	DATA	SITUAÇÃO	EMENTA
<a href="#">MPV 948/1995</a>	23/03/1995	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA. (IPI). (PIS - PASEP).
<a href="#">MPV 905/1995</a>	21/02/1995	REEDIÇÃO INSUBSISTENTE	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO FISCAL, MEDIANTE RESSARCIMENTO DO VALOR DE CONTRIBUICOES SOCIAIS (PIS PASEP E COFINS) NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 845/1995</a>	20/01/1995	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO FISCAL, MEDIANTE RESSARCIMENTO DO VALOR DE CONTRIBUICOES SOCIAIS (PIS/PASEP E COFINS) NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 779/1994</a>	23/12/1994	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO FISCAL, MEDIANTE RESSARCIMENTO DO VALOR DE CONTRIBUICOES SOCIAIS (PIS/PASEP E COFINS) NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 725/1994</a>	24/11/1994	REEDIÇÃO	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO FISCAL, MEDIANTE RESSARCIMENTO NO VALOR DE CONTRIBUICOES SOCIAIS (PIS/PASEP E COFINS) NOS CASOS QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">MPV 674/1994</a>	25/10/1994	ORIGINÁRIA REEDITADA CONVERTIDA	DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DE CREDITO FISCAL, MEDIANTE RESSARCIMENTO DO VALOR DE CONTRIBUICOES SOCIAIS (PIS-PASEP E COFINS) NOS CASOS QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">LEI 8.850/1994</a>	28/01/1994	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	ALTERA A LEI 8.383, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<a href="#">MPV 317/1993</a>	24/04/1993	ORIGINÁRIA REEDITADA CONVERTIDA	DISPOE SOBRE A REDUCAO DE MULTA PELA ANTECIPACAO DO PAGAMENTO DE TRIBUTOS LANÇADOS. (PACOTE DO ITAMAR).
<a href="#">LCP 70/1991</a>	30/12/1991	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	INSTITUI CONTRIBUICAO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, ELEVA A ALIQUOTA DA CONTRIBUICAO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
<a href="#">CON /1988</a>	05/10/1988	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1988.

<a href="#">LCP 7/1970</a>	07/09/1970	NÃO REVOGAÇÃO EXPRESSA	CONSTA	INSTITUI O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS), E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
----------------------------	------------	------------------------------	--------	--